



Brasília-DF, 17 de abril de 2026



Aniversariantes

17 de abril

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI parabeniza o companheiro pela data especial.

**Wanilton Reis dos Santos**

Membro do
Conselho Fiscal da CNTI

**Antonio Maltauro Faconi**

Presidente da
FTI de Vidros Ótica de SP



Nova Central destaca combate ao feminicídio em agenda das centrais com Lula



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, nesta quarta-feira (15), representantes das centrais sindicais no Palácio do Planalto, após a Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília. Entre os destaques do encontro, esteve a atuação da Nova Central, com papel relevante na apresentação das pautas estratégicas ao governo federal.

Coube à presidente da NCST, Sônia Zerino, levar ao chefe do Executivo uma das agendas mais urgentes do movimento sindical: o enfrentamento ao feminicídio. Em sua intervenção, ela defendeu que o tema seja incorporado de forma efetiva às negociações coletivas, às campanhas sindicais e às políticas no ambiente de trabalho, além de reforçar a necessidade de avançar na ratificação da Convenção 190, da OIT.

A dirigente também destacou a articulação com o Ministério das Mulheres e reconheceu a importância das iniciativas do governo federal voltadas à proteção

das trabalhadoras, apontando que o combate à violência de gênero precisa ser tratado como prioridade permanente.



Ricardo Stuckert / PR

Durante a reunião, as centrais entregaram ao presidente um documento com 68 reivindicações da classe trabalhadora para o período de 2026 a 2030, construído na plenária da CONCLAT 2026. Entre os pontos centrais estão a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, o fortalecimento da negociação coletiva, a regulamentação do trabalho por aplicativos e o combate à pejetização.

Lula ressaltou a importância do diálogo com o movimento sindical e afirmou que a relação direta com os trabalhadores marca uma diferença no cenário político. "Não é pouca coisa. Em qualquer país do mundo, o presidente da República ter a sensibilidade de sentar com dirigentes sindicais e tratá-los como companheiros", afirmou.

O presidente também lembrou que encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que propõe o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem corte de salários, e pediu mobilização das entidades para garantir a aprovação da medida.

Além disso, foi assinada a proposta de regulamentação da negociação coletiva no setor público, ampliando direitos de servidores e empregados públicos em todas as esferas.

Ao longo do encontro, ministros e representantes do governo reforçaram a importância da participação sindical na democracia e nas conquistas recentes, como a valorização do salário mínimo e a ampliação do emprego.

Com informações do Governo Federal

Fonte: NCST



Brasília-DF, 17 de abril de 2026

Governo propõe projeto com salário mínimo de R\$ 1.717 mil em 2027

Proposta do governo estima acréscimo de R\$ 96,00 ao mínimo nacional a partir de janeiro.



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (15) o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027 com previsão de salário mínimo de R\$ 1.717,00 a partir de janeiro. O valor representa aumento nominal de R\$ 96,00 em relação ao piso atual, de R\$ 1.621,00, consolidando a alta de 5,92%.

A estimativa integra as projeções fiscais apresentadas pela equipe econômica do governo, e ainda pode ser revista ao longo da tramitação do Orçamento. O valor definitivo do mínimo será fixado apenas no fim deste ano, após a consolidação da inflação medida até novembro.

O cálculo do reajuste considera a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de 12 meses encerrado em novembro, projetada em 3,06%, somada ao crescimento da economia nos dois anos anteriores. Esse ganho está sujeito ao limite estabelecido pelo arcabouço fiscal, que restringe o aumento das despesas a no máximo 2,5% acima da inflação.

Além da estimativa para 2027, o projeto antecipa projeções preliminares para os anos seguintes. O governo trabalha com valores de R\$ 1.812 em 2028, R\$ 1.913 em 2029 e R\$ 2.020 em 2030, números que deverão ser atualizados nas próximas propostas orçamentárias.

O salário mínimo tem impacto direto sobre despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões e benefícios sociais. Com isso, o ritmo de crescimento deve acompanhar outros indicadores econômicos para assegurar com que a expansão de gastos esteja de acordo com as regras fiscais vigentes.

O aumento anual do salário mínimo acima do cálculo da inflação foi uma das principais promessas de campanha do presidente Lula nas eleições de 2022. Em 2023, o piso aumentou de R\$ 1.302,00 para R\$

1.320,00. Em 2024, subiu para R\$1.412,00 e R\$ 1.518,00 em 2025. Com isso, a valorização salarial acumulada até o momento foi de R\$ 319,00.

[Veja a íntegra das estimativas fiscais do governo.](#)

Fonte: Congresso em Foco

Supremo tem maioria para invalidar lei que proíbe cotas raciais em SC

Divulgação / Udesc



Udesc não foi ouvida pelos parlamentares catarinenses antes da aprovação da lei

Ainda que os estados tenham competência para estabelecer regras sobre cotas e outras ações afirmativas na administração pública, uma proibição não pode se basear na suposta violação à isonomia, pois essa tese já foi rechaçada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e por compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Com esse entendimento, o Plenário do STF formou maioria, nesta quinta-feira (16/4), para declarar a inconstitucionalidade da lei catarinense que proíbe cotas raciais em universidades e concursos públicos estaduais.

A sessão virtual terminará oficialmente às 23h59 desta sexta (17/4). Atualmente, a norma está suspensa por decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Contexto

A lei catarinense, sancionada no último mês de janeiro, proíbe políticas de cotas, reservas de vagas ou qualquer outra ação afirmativa baseada em critérios raciais. A regra é válida para instituições públicas estaduais ou que recebam verba do estado.

O texto permite apenas cotas para pessoas com deficiência, alunos de escolas públicas e por critérios econômicos. O descumprimento das regras pode acarretar multa administrativa de R\$ 100 mil, corte dos repasses de verbas públicas e abertura de

**Brasília-DF, 17 de abril de 2026**

processos administrativos disciplinares contra os responsáveis.

Ainda em janeiro, a desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, do TJ-SC, suspendeu, em liminar, os efeitos da norma. Em ação movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a magistrada constatou "aparente incompatibilidade com o regime constitucional da igualdade material e com os objetivos de redução das desigualdades e de combate à discriminação".

A lei é contestada no STF em seis ações com sete autores: o PSOL; a União Nacional dos Estudantes (UNE); a entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); a **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)**; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB); o Partido dos Trabalhadores (PT); e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em geral, os autores alegam que a proibição das cotas ignora o racismo estrutural e contraria normas federais já consolidadas, como a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial.

Outro argumento em comum é que a lei estadual afronta a autonomia universitária, pois retira das instituições de ensino a capacidade de formular suas próprias políticas de acesso, organização, diversidade e inclusão.

Matéria completa: <https://www.conjur.com.br/2026-abr-16/supremo-tem-maioria-para-invalidar-lei-que-proibe-cotas-raciais-em-sc/>

Fonte: Consultor Jurídico

INSS libera consulta a prévia do 13º de aposentados e pensionistas

Pagamento da primeira parcela começa no dia 24 de abril



© Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Aposentados e pensionistas já podem consultar a prévia do 13º salário no site ou no aplicativo Meu INSS. Neste ano, o pagamento do abono anual foi

antecipado. Mais de 35 milhões de pessoas vão receber em duas parcelas.

A primeira será paga de 24 de abril, sexta-feira que vem, até 8 de maio. A segunda saí entre 25 de maio e 8 de junho. No total, o INSS vai antecipar quase R\$ 80 bilhões aos segurados.

Também têm direito ao 13º aqueles que, em 2026, receberam salário-maternidade e os auxílios por incapacidade temporária, acidente e reclusão. Tradicionalmente, o pagamento do abono é feito entre agosto e novembro.

Segundo o governo, a antecipação do benefício alcança todos os estados brasileiros e representa uma injeção significativa de recursos na economia dos municípios.

Fonte: Agência Brasil

PEC 221 propõe reduzir jornada semanal para 36 horas em até 10 anos

Proposta altera a Constituição e prevê transição gradual, sem redução salarial, com foco em geração de empregos e qualidade de vida



Deputado Paulo Azi (União-BA), relator das PECs 8/25 e 221/19

A [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 221/2019](#), em análise na Câmara dos Deputados, estabelece a redução da jornada semanal de trabalho no Brasil de 44 para 36 horas, a ser implementada de forma progressiva ao longo de dez anos, sem diminuição de salários.

De autoria do deputado Reginaldo Lopes e outros parlamentares, a medida altera o artigo 7º da Constituição Federal, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. O objetivo central é readequar o tempo de trabalho às novas dinâmicas econômicas e sociais, buscando melhorar a qualidade de vida da população e estimular a geração de empregos.

A proposta prevê uma transição gradual até atingir o

**Brasília-DF, 17 de abril de 2026**

limite de 36 horas semanais, permitindo adaptação progressiva de empresas e trabalhadores. Segundo a justificativa dos autores, a redução da jornada, sem corte salarial, pode contribuir para a criação de novos postos de trabalho, redução do desemprego e da informalidade, além de aumentar a produtividade e a massa salarial.

O texto também está apensado à PEC 8/2025, que trata do mesmo tema e propõe jornada de quatro dias por semana, respeitando o limite de 36 horas semanais e oito horas diárias. Ambas as propostas tramitam juntas e serão analisadas pelo plenário da Câmara.

A PEC 221 segue o rito especial das emendas constitucionais e ainda depende de análise de admissibilidade e de mérito nas comissões e no plenário do Congresso Nacional.

O debate envolve diferentes posições: enquanto defensores apontam ganhos sociais e econômicos com a redistribuição do tempo de trabalho, críticos alertam para possíveis impactos nos custos das empresas e na dinâmica produtiva. Ainda assim, a proposta se insere em um contexto global de discussão sobre redução da jornada como instrumento de modernização das relações de trabalho.

Fonte: Diap

Motta diz que há vontade política do Parlamento de aprovar o fim da escala 6x1

Presidente da Câmara mantém cronograma de votação da PEC após a chegada de projeto do governo; texto deve ir ao Plenário em maio



Marina Ramos/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que há uma vontade política do Parlamento para aprovar o fim da escala de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso). Ele reforçou que é preciso

responsabilidade, mas que não adianta ficar contra a matéria apenas por ficar contra.

“Não há compromisso em retardar essa medida, que vai trazer avanços para o país. Quem acha que a Câmara vai segurar a discussão e a votação da matéria está equivocado”, afirmou ele, em entrevista ao SBT News.

Antes, em entrevista coletiva, ele afirmou que o envio, pelo governo, do projeto de lei que reduz a jornada de trabalho e estabelece o fim da escala 6x1 não muda o cronograma estabelecido por ele em relação à proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do mesmo tema.

Motta reforçou que é prerrogativa do presidente da República o envio de um projeto de lei com urgência constitucional, mas que também é prerrogativa da Presidência da Câmara definir a tramitação de qualquer proposição na Casa. Ele disse que o envio do texto não afeta a relação com o Poder Executivo, já que os Poderes são independentes e harmônicos.

“Vamos continuar com a tramitação da PEC, porque com a PEC temos um espaço maior de discussão, para ouvir a todos que serão impactados por essa mudança. O avanço que vamos dar à classe trabalhadora com um tempo a mais para a saúde, para o lazer e para a sua família, acreditando que isso melhorará a produtividade, e vamos fazer isso de forma responsável”, afirmou.

Fonte: Agência Câmara



**Companheiros e companheiras,
nosso agradecimento a todos e todas
que ocuparam as ruas de Brasília na
marcha da Classe Trabalhadora.
Cada passo foi um ato de resistência
contra as injustiças e um grito por
direitos. Seguiremos organizados,
porque a luta não para!**

**Gratidão
Sônia Zerino**